



AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO E RESGATE – APR

ART. 3º - B DA PORTARIA MPS N.º 519/2011, INCLUÍDO PELO ART. 2º DA PORTARIA MPS N.º 170, DE 25/04/2012

AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO E RESGATE – APR		Nº / ANO: 21/2022
Unidade Gestora do RPPS: CaraguaPrev – Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba CNPJ: 04.332.948/0001-03		Data: 02/02/2022
VALOR (R\$): R\$ 714,35 (setecentos e quatorze reais e trinta e cinco centavos).		Dispositivo da Resolução do CMN: FI 100% Títulos Públicos TN - art. 7º,I, "b".
HISTORICO DA OPERAÇÃO Descrição da operação: <p style="text-align: center;">APLICAÇÃO NO BANCO ITAÚ. RESTITUIÇÃO CORRESPONDENTE A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE PENSIONISTA DO CARAGUAPREV</p> <p>Tendo em vista a aprovação do Comitê de Investimentos na Ata Conjunta n.º 273, de 17/03/2020, obedecendo a Resolução do CMN n.º 4.963/21 e a Política de Investimentos do CaraguaPrev, bem como o cadastramento/habilitação do fundo da instituição realizado pelo CaraguaPrev, ficou aprovado, a aplicação do valor acima que trata-se de restituição ao CaraguaPrev, conforme Processo Administrativo n.º 14.548/18 e Processo judicial 1005318-30.2018, no ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IRF-M1 - CNPJ n.º 08.703.063/0001-16, Banco Itaú, agência 0248, conta corrente 04042-0.</p> <p>Características dos ativos: Segmento: Renda Fixa / Data da Posição Atual: 01/02/2022 Instituição Financeira: BANCO ITAÚ S.A CNPJ da Instituição Financeira: 60.701.190/0001-04 Tipo de Ativo: FI 100% Títulos Públicos TN - art. 7º,I, "b". Fundo: FUNDO DE INVESTIMENTOS ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M1. CNPJ do Fundo: 08.703.063/0001-16 Valor Total Atual: R\$ 714,35 Patrimônio Líquido do Fundo: R\$143.700.161,33</p>		
Proponente: Comitê de Investimentos Ata Conj. n.º 273, de 17/03/2020	Gestor/autorizador: Certificação-validade Pedro Ivo de Sousa Tau Presidente do CaraguaPrev Certificação: ANBIMA CPA-10 Validade 25/08/2023	Responsável pela liquidação da operação: Luana Moussalli F. Guedes Certificação: ANBIMA CPA-10 Validade 23/04/2023
Autorizado: Conselho Deliberativo Ata Conj. n.º 273, de 17/03/2020		